



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640150 - PR (2021/0013437-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CAUÊ BOUZON MACHADO FREIRE RIBEIRO - RJ180400
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : EDVALDO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDVALDO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0069018-92.2020.8.16.0000).

O paciente foi preso em flagrante, acusado pelos delitos previstos no art. 157, §2º-A, inciso I, no art. 311 e no art. 330, todos do Código Penal (e-STJ fl. 5), tendo a custódia sido convertida em preventiva.

A impetrante sustenta que, ao ser preso, o paciente não se encontrava em situação de flagrante, restando violado o art. 302, incisos I, II e III, do Código de Processo Penal.

Aduz que a prisão preventiva careceria de fundamentação idônea, não estando presentes os requisitos necessários para a sua decretação, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Salienta que o paciente é primário e possui bons antecedentes, não tendo sido devidamente demonstrado o risco de reiteração delitiva no caso de eventual soltura.

Afirma que, na hipótese, seria possível a substituição da medida extrema por providências cautelares alternativas, destacando que seria desproporcional a manutenção do paciente no cárcere.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

O aresto impugnado, ratificando a decisão de primeiro grau, deixou assente a necessidade da prisão preventiva, destacando o seguinte (e-STJ fls. 29/30):

No caso em tela, em uma breve análise aos autos, verifica-se que no momento em que o Paciente foi localizado pelas autoridades policiais ainda se fazia presente a situação de flagrância.

Isto porque, extrai-se dos depoimentos dos policiais civis responsáveis por sua prisão, que após a

ocorrência do crime a equipe passou a realizar diligências no intuito de identificar o autor, logrando êxito em identificar a pessoa do Paciente no mesmo dia (mov.1.4).

Denota-se, ainda, que no dia seguinte à prática criminosa, os policiais localizaram o Paciente, o qual tentou empreender fuga, tendo sido capturado na sequência por outra equipe. Na mesma ocasião, parte do valor subtraído fora encontrado dentro de uma bíblia, no interior de seu veículo.

Em sendo assim, verifica-se que presentes as hipóteses autorizativas da prisão em flagrante.

Ademais, conforme observado pelo d. Procurador de Justiça eventuais irregularidades ocorridas na prisão em flagrante restaram superadas com o advento do decreto preventivo.

Desta feita, afasto a tese levantada pela defesa.

No concernente aos pressupostos da prisão preventiva, novamente não vislumbro qualquer, justificativa que autorize sua revogação.

Infere-se que, no caso sob exame, a medida extrema foi decretada para fins de acautelamento da ordem pública, haja vista o operandi envolvendo a prática do delito e o risco modus concreto de reiteração delitiva, porquanto o Paciente ostenta condenações pretéritas pela prática do mesmo crime as quais, embora antigas, ao menos nesse momento apontam que, se solto, poderá retornar a perpetrar outros delitos.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência